

Parecer n.º 292/2012

Data: 2012.09.18

Processo n.º 250/2012

Entidade consulente: Escola Secundária Pedro Alexandrino

I - Factos e pedido

1. José Fernando Viana Ferreira solicitou à Escola Secundária Pedro Alexandrino “(...) *a informação do número de telefone atualizado (...) e da (...) morada (...)* ” da docente Sofia Patrocínio.
2. O requerente alegou que pretende o acesso “ (...) *uma vez que uma professora da vossa escola deve à minha mulher por compras efetuadas no centro comercial mouros no bairro Tóbis - quinta das mouras na loja de decorações Naninô decorações que a minha mulher é proprietária. Esta dívida de 1495 euros realizada por compras da professora Sofia Patrocínio professora de contabilidade e direito da V/ escola já se estende há 3 anos e meio e a minha esposa que por demais vezes insistiu com esta senhora para esta regularizar a dívida (...) entretanto deu baixa do número de telemóvel que possuía e não nos permitiu qualquer outro contacto (...) consegui saber que esta senhora trabalha na V/ escola e que se encontra atualmente de baixa (...) este dinheiro é para mim importantíssimo porque estamos com compromissos bancários na nossa habitação e da própria loja (...)* ”.
3. Face ao teor do pedido formulado, a entidade consulente teve dúvidas quanto à decisão a proferir e solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

II - Apreciação jurídica

1. A Escola Secundária Pedro Alexandrino integra a rede pública de educação e ensino, pelo que se lhe aplica a Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização (LADA), de acordo com a alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º, do mesmo diploma (ao qual se reportam os preceitos adiante mencionados sem qualquer outra referência).
2. O artigo 5.º prevê a regra geral de que “*todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo*”.

Assim, o regime de acesso a documentos sem natureza nominativa é generalizado e livre.

No entanto, a LADA identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5, do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6, do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

3. Quanto a documentos administrativos de carácter nominativo, ou sejam, aqueles que, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, contenham, “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*”, a sua comunicação é feita ao próprio ou, de acordo com o n.º 5, do artigo 6.º, a terceiro “*munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito*” ou que demonstre possuir “*interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade*”.

Esta Comissão, chamada com frequência a pronunciar-se sobre a noção de documentos nominativos, tem entendido que, no quadro da LADA, serão de classificar como tais aqueles que revelem informação do foro íntimo de um indivíduo, como, por exemplo, a sua informação genética ou de saúde e a que se prenda com a sua vida sexual.

Nesta perspectiva, considerou o Supremo Tribunal de Justiça, em 28 de setembro de 2011 (Processo n.º 22/09.6YGLSB.S2), citando o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, em 31 de maio de 2006 (CJ III/210), que, neste âmbito, “*o que se pretende abranger e tutelar é apenas «o núcleo duro da vida privada» e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas*”.

¹ Cfr., por exemplo, J. J. Gomes Canotilho / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss.

Assim, não são documentos nominativos aqueles que apenas revelem o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade ou de contribuinte fiscal; como também os *curricula vitae*, elaborados pelos próprios titulares e descrevendo as respetivas habilitações académicas e qualificações profissionais, não revestem carácter nominativo.

4. No entanto, mesmo quando os documentos tenham natureza nominativa ou envolvam segredos de empresa, o acesso aos mesmos não deve ser denegado a um terceiro, desde que, como determina o n.º 7, do artigo 6.º, seja viável a sua *“comunicação parcial”*, isto é, desde que *“seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”*.
5. Visto, em traços largos, o regime de acesso que a LADA consagra, cumpre apreciar a situação concreta colocada pelo pedido de parecer do direito de acesso, por terceiros, a moradas e números de telefone.
6. No sentido de considerar não reservada a informação respeitante a moradas e números de telefone pronunciou-se a CADA, entre outros, no Parecer n.º 307/2009² referindo o seguinte:

“ (...) Se (ou quando) a Administração, a coberto da LADA, revelar que alguém reside em determinado local ou indicar o respetivo número de telefone - e, muitas vezes, tal poderá até ser constatado, por quem nisso tiver interesse, através de simples consulta à lista telefónica daquela zona - estará certamente a indicar onde está o manto protetor (ou um dos mantos protetores) da vida íntima desse indivíduo, mas nada dará a conhecer quanto a essa mesma vida, que - não obstante tal revelação, feita por aquele ente público, ao abrigo da LADA - permanecerá resguardada e, assim, longe da curiosidade e da devassa, ou seja, de invasões desnecessárias, desproporcionadas e/ou arbitrárias.

(...) Assim sendo, de harmonia com esta lei, nem o nome nem a morada nem o número de telefone serão dados pessoais (...) Com efeito, dar a conhecer tais elementos nada dirá sobre «o modo de ser da pessoa»

(...) É isto, aliás, que parece decorrer do artigo 268º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa, disposição que consagra o princípio da administração aberta, de que a LADA constitui um desenvolvimento normativo”.

Por conseguinte, sem embargo de o acesso a tal elemento de informação possibilitar o conhecimento do local de residência permanente de uma pessoa singular, “não se divisa que, do simples conhecimento da morada, derive a violação da esfera pessoal íntima dos cidadãos (...)”

No mesmo Parecer entendeu, ainda, a CADA que, embora (se):

² Disponível em www.cada.pt, tal como os adiante citados.

“ (...) entenda que, por norma, as moradas e os números de telefone e de telemóvel constituem informação não nominativa, considera que já assim não será quando se esteja perante números confidenciais, como, de resto, foi referido no Parecer n.º 169/2005, de 13 de Julho, ou quando alguém manifeste de forma inequívoca a sua vontade de manter os mesmos sob sigilo. Em tal circunstância, não deverá ser facultado o acesso a estes elementos (...).

(...) Portanto, desde que não haja oposição expressa ao conhecimento por terceiros das moradas, nada obsta à sua disponibilização (...).”

Esta é a doutrina da CADA, conforme resulta dos Pareceres n.ºs 36, 66/2010.

Em sentido idêntico se pronunciou o STA por Acórdão de 12 de Maio de 2010, (Proc. n.º 0169/10):

“o nome e morada de uma pessoa, sendo factos puros, não se assumem como uma «apreciação ou juízo de valor»; “ninguém de bom senso dirá que penetrou na intimidade da vida privada de alguém só porque sabe o seu nome e o local da sua residência”; “embora o nome e a morada sejam dados pessoais, os documentos administrativos que os contenham não são ‘documentos nominativos’ para os efeitos dos arts. 3.º, n.º 1, al. b), e 6.º, n.º 5, da Lei n.º 46/2007, de 24/8, motivo porque é admissível o acesso aos documentos continentes desses dados.”

7. Em suma, embora a CADA entenda que, por norma, os números de telefone e de telemóvel constituem informação não nominativa, considera que já assim não será quando se esteja perante números confidenciais ou quando alguém manifeste a sua vontade de manter os mesmos sob sigilo. Em tal circunstância, não deverá ser facultado o acesso a estes elementos, como a CADA deixou exposto no Parecer n.º 84/2009.

Se há pessoas que pedem que a sua morada e / ou o seu número de telefone, se tornem ou mantenham confidenciais, fazem-no para não serem incomodadas por uma dessas vias. É um direito que lhes assiste e que cumpre respeitar.

8. Nesta conformidade, desde que não haja oposição expressa ao conhecimento por terceiros dos telefones e moradas, nada obsta à sua disponibilização.

III - Conclusão

Em razão do exposto, deve ser facultado o acesso à informação solicitada, exceto se a titular da informação manifestou oposição expressa ao conhecimento da mesma por terceiros.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

João Perry da Câmara (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - António José Pimpão (Presidente)